

Companhia Energética Miranda

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

Exercícios de **2021** e **2020**

CNPJ: 28.942.127/0001-49
NIRE: 42 3 0004595-1
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

ÍNDICE

Relatório da Administração 2
Balanços Patrimoniais 8
Demonstrações dos Resultados 10
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 12
Demonstrações dos Valores Adicionados 13
Nota 1 - Contexto operacional 14
Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis 16
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa 20
Nota 4 - Contas a receber de clientes 20
Nota 5 - Ativo financeiro de concessão 21
Nota 6 - Intangível 22
Nota 7 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 24
Nota 8 - Debêntures 30
Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos 31
Nota 10 - Patrimônio líquido 33
Nota 11 - Dividendos 33
Nota 12 - Conciliação da receita operacional líquida 34
Nota 13 - Resultado financeiro 36
Nota 14 - Conciliação dos tributos no resultado 36
Nota 15 - Transações com partes relacionadas 37
Nota 16 - Seguros 38
Nota 17 - Compromissos de longo prazo 38
Nota 18 - Informações complementares ao fluxo de caixa 38
Nota 19 - Eventos subsequentes 39
Declaração dos Diretores da Companhia 40
Conselho de Administração 41
Diretoria Executiva 41
Departamento de Contabilidade 41
Relatório dos Auditores Independentes 42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 179 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2021, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Um novo Conselho de Administração foi eleito na 3ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13.11.2020, composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Marcelo Cardoso Malta, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

Na mesma data, na 16ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, que passou por reformulação (20ª Reunião do Conselho de Administração) e em 31.12.2021 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Paulo Roberto Keller de Negreiros eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento estimado de 4,5%, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central ao final de dezembro – a divulgação do dado oficial deve ocorrer em março de 2022. A alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada.

A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração bruta da UHE Miranda foi de 725,5 GWh, 59,8% inferior que a obtida em 2020, de 1.804,1 GWh. A queda se deu, especialmente, pela baixa hidrologia na região, especialmente no quarto trimestre do ano, em que foi 81,2% menor que a observada em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2021 foi de 95,3%, 2,0 p.p abaixo dos 97,3% atingidos no ano anterior.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisório) foi firmado junto aos fornecedores ao final de 2021, em um processo que deve transcorrer durante os próximos anos.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2021	2020	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	381.511	289.354	92.157	31,8
Lucro bruto	296.142	218.286	77.856	35,7
Margem bruta	77,6%	75,4%		2,2 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	309.507	231.444	78.063	33,7
Margem Ebitda	81,1%	80,0%		1,1 p.p.
Depreciação e amortização	(14.125)	(13.920)	(205)	1,5
Resultado financeiro	(96.715)	(63.801)	(32.914)	51,6
Imposto de renda e contribuição social	(67.530)	(52.220)	(15.310)	29,3
Lucro líquido	131.137	101.503	29.634	29,2

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

Em 2021, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 92.157 mil (31,8%), atingindo R$ 381.511 mil em 2021, frente aos R$ 289.354 mil reconhecidos em 2020. Essa variação é consequência da combinação, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 66.328 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, principalmente, pela variação do IPCA entre os exercícios em comparação; (ii) aumento de R$ 22.717 mil na receita com transações de energia, sendo composto por (ii.i) aumento de R$ 25.563 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (ii.ii) parcialmente atenuado pelo decréscimo de R$ 2.846 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (iii) aumento de R$ 3.112 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivado pelos efeitos da atualização monetária. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da energia vendida

	2021	2020	Var. (R$)	Var. (%)
Energia elétrica comprada para revenda	38.296	14.142	24.154	170,8
Depreciação e amortização	14.125	13.920	205	1,5
Materiais e serviços de terceiros	13.271	12.058	1.213	10,1
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	8.419	6.198	2.221	35,8
Transações no mercado de energia de curto prazo	8.086	8.902	(816)	(9,2)
Pessoal	7.164	6.307	857	13,6
Seguros	1.243	1.190	53	4,5
Repactuação do risco hidrológico	(6.289)	-	(6.289)	100,0
Outros custos operacionais	1.054	8.351	(7.297)	(87,4)
	85.369	**71.068**	**14.301**	**20,1**

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 14.301 mil (20,1%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 71.068 mil em 2020 para R$ 85.369 mil em 2021. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: aumento de R$ 24.154 mil e redução de R$ 816 mil, respectivamente, entre os exercícios em análise, totalizando aumento de R$ 23.338 mil (101,3%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Repactuação do risco hidrológico: em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação da repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020, regulada pelas Resoluções Normativas Aneel n° 895/2020 e n° 930/2021, as quais contemplaram, dentre outras questões, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da referida Lei. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições e atrasos na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia dessas usinas, da geração térmica fora da ordem de mérito e importação, de forma retroativa. Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Repactuação de risco hidrológico" da demonstração dos resultados, no montante de R$ 6.289 mil, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de seis meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE.

Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

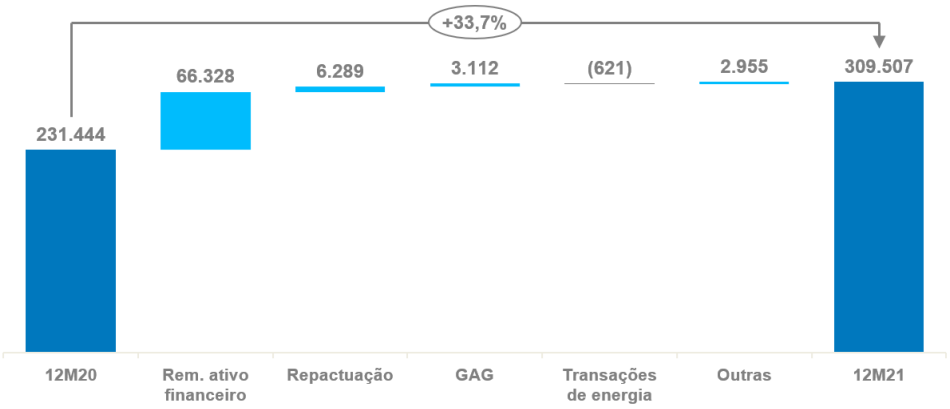
A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumentos de R$ 22.717 mil e R$ 23.338 mil, respectivamente, ocasionando um decréscimo de R$ 621 mil no lucro bruto da Companhia. Esse aumento é resultado, substancialmente, de: (i) transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE; e (ii) transações de compra de energia com a sua então parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda, no período de 01.01.2021 a 18.10.2021, a qual também era controlada pela ENGIE.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2021 foi de R$ 309.507 mil, R$ 78.063 mil (33,7%) acima do apurado em 2020, de R$ 231.444 mil.

Evolução do Ebitda
R$ mil



Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram acréscimo de R$ 32.914 mil (51,6%) entre 2020 e 2021, atingindo o montante de R$ 96.715 mil em 2021 (R$ 63.801 mil em 2020). O acréscimo, decorre, principalmente, do aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos exercícios em questão.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Em 2021, essas despesas aumentaram R$ 15.310 mil (29,3%), passando de R$ 52.220 mil em 2020 para R$ 67.530 mil em 2021, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os exercícios foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido de 2021 foi de R$ 131.137 mil, R$ 29.634 mil (29,2%) superior aos R$ 101.503 mil apresentados em 2020, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Qualidade, Gestão de Energia, Meio Ambiente, Mudanças do Clima, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;
b) Programa de Reflorestamento Ciliar;
c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;
d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;
e) Monitoramento da ictiofauna;
f) Programa de Peixamento;
g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;
h) Programa de educação ambiental;
i) Acervo arqueológico.

Destaca-se do ponto de vista ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jacob, com 358 hectares, que representa uma importante área de preservação do bioma Cerrado, localizada à margem esquerda do Rio Araguari, município de Nova Ponte (MG), no entorno do reservatório da Usina. A Unidade representa um refúgio para espécies de fauna e flora locais, contribuindo com a preservação ambiental da região.

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2021.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	51.336	55.500
Contas a receber de clientes	4	17.453	23.875
Ativo financeiro de concessão	5	126.648	116.014
Outros ativos circulantes		2.354	1.462
		197.791	**196.851**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	1.035.953	948.669
Outros ativos não circulantes		55	55
		1.036.008	**948.724**
Imobilizado		**3.167**	**2.841**
Intangível	6	**360.360**	**367.919**
		1.399.535	**1.319.484**
TOTAL		**1.597.326**	**1.516.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		7.192	11.192
Dividendos	11	12.801	56.343
Debêntures	8	83.886	72.449
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.733	23.657
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	7	18.197	5.608
Outros passivos circulantes		10.773	9.377
		146.582	**178.626**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	465.355	504.059
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	101.729	59.421
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	7	2.212	7.997
Outros passivos não circulantes		-	3.463
		569.296	**574.940**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10**		
Capital social		582.663	582.663
Reservas de lucros		298.785	180.106
		881.448	**762.769**
TOTAL		**1.597.326**	**1.516.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	**381.511**	**289.354**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda	15	(38.296)	(14.142)
Depreciação e amortização	6	(14.125)	(13.920)
Materiais e serviços de terceiros		(13.271)	(12.058)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(8.419)	(6.198)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(8.086)	(8.902)
Pessoal		(7.164)	(6.307)
Seguros		(1.243)	(1.190)
Repactuação do risco hidrológico	6	6.289	-
Outros custos operacionais		(1.054)	(8.351)
		(85.369)	**(71.068)**
LUCRO BRUTO		**296.142**	**218.286**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(773)	(762)
Outras receitas operacionais, líquidas		13	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**295.382**	**217.524**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	13	(100.788)	(66.116)
Receitas financeiras	13	4.073	2.315
		(96.715)	**(63.801)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**198.667**	**153.723**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(25.222)	(33.739)
Diferido	14	(42.308)	(18.481)
		(67.530)	**(52.220)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**131.137**	**101.503**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	10	**0,22507**	**0,17420**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**131.137**	**101.503**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**131.137**	**101.503**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2019		**582.663**	**10.566**	**77.680**	**-**	**670.909**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	101.503	101.503
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal	10	-	5.075	-	(5.075)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(9.643)	(9.643)
- Reserva de retenção de lucros	10	-	-	86.785	(86.785)	-
Saldos em 31.12.2020		**582.663**	**15.641**	**164.465**	**-**	**762.769**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	131.137	131.137
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal	10	-	6.557	-	(6.557)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(12.458)	(12.458)
- Reserva de retenção de lucros	10	-	-	112.122	(112.122)	-
Saldos em 31.12.2021		**582.663**	**22.198**	**276.587**	**-**	**881.448**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	198.667	153.723
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(211.239)	(144.911)
Repactuação do risco hidrológico	(6.289)	-
Depreciação e amortização	14.125	13.920
Juros e variação monetária	100.117	65.905
Outros	(105)	4.227
Lucro antes dos tributos ajustado	**95.276**	**92.864**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	6.558	(740)
Ativo financeiro de concessão	113.321	108.234
Outros ativos	(1.603)	(1.251)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(4.000)	6.081
Outros passivos	(2.067)	2.319
Caixa gerado pelas operações	**207.485**	**207.507**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(35.968)	(36.346)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(34.349)	(27.322)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**137.168**	**143.839**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(578)	(386)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(578)**	**(386)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(84.754)	(76.803)
Dividendos pagos	(56.000)	(60.001)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(140.754)**	**(136.804)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.164)**	**6.649**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	55.500	48.851
Saldo final	51.336	55.500
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(4.164)**	**6.649**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	188.845	160.100
Remuneração do ativo financeiro de concessão	211.239	144.911
Outras receitas operacionais, líquidas	13	-
	400.097	**305.011**
(-) Insumos		
Energia elétrica comprada para revenda	(38.296)	(14.142)
Materiais e serviços de terceiros	(13.816)	(12.582)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(8.419)	(6.198)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(8.086)	(8.902)
Seguros	(1.243)	-
Repactuação do risco hidrológico	6.289	-
Outros	(404)	(5.835)
	(63.975)	**(47.659)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**336.122**	**257.352**
Depreciação e amortização	(14.125)	(13.920)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**321.997**	**243.432**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.073	2.315
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**326.070**	**245.747**

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	4.035	1,2	3.787	1,5
Benefícios	935	0,3	736	0,3
Participação nos resultados	812	0,2	538	0,2
FGTS	262	0,1	228	0,2
	6.044	**1,8**	**5.289**	**2,2**
Do governo				
Impostos federais	86.197	26,4	68.120	27,7
Impostos estaduais	19	-	5	-
Encargos setoriais	1.700	0,5	4.432	1,8
	87.916	**26,9**	**72.557**	**29,5**
Do capital de terceiros				
Juros, V.M. e ajuste a valor justo de debêntures, líquidos de *hedge*	100.259	30,7	65.774	26,8
Aluguéis	188	0,1	287	0,1
Outras despesas financeiras	526	0,2	337	0,1
	100.973	**31,0**	**66.398**	**27,0**
Do capital próprio				
Reserva legal	6.557	2,0	5.075	2,1
Dividendos	12.458	3,8	9.643	3,9
Reserva de retenção de lucros	112.122	34,5	86.785	35,3
	131.137	**40,3**	**101.503**	**41,3**
	326.070	**100,0**	**245.747**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no exercício de 2021 foram estes:

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

a) Repactuação do risco hidrológico

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei n° 14.052, publicada em 09.09.2020, que foi regulada pelas Resoluções Normativas Aneel n° 895/2020 e n° 930/2021. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições e atrasos na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia dessas usinas, da geração térmica fora da ordem de mérito e importação, de forma retroativa. Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão da controladora da Companhia e suas controladas detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação, a qual contemplou: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte; e (iii) o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/2020. Como consequência, em 2021, a Companhia reconheceu o intangível no montante de R$ 6.289, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Repactuação do risco hidrológico", da demonstração dos resultados.

Com a publicação da Resolução Homologatória n° 2.919, em 12.08.2021, a Aneel homologou o prazo de extensão de outorga de algumas usinas, inclusive de Miranda. Desta forma, em 23.09.2021, a Companhia formalizou a adesão ao acordo nas condições apresentadas pela Resolução Homologatória supracitada.

b) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

b.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, a garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora.

b.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas demonstrações contábeis não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

b.3) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

f) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

g) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

i) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

j) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	IFRS 9, 16 e 17	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	IFRS 16	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	*Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract*; e *Reference to the Conceptual Framework*	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.	IAS 16	Emissão a nível de IASB	01.01.2022	Não aplicável à Companhia
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia
Alterações no IAS 1 O IASB emitiu alterações relativas à classificação de passivos como circulante ou não circulante.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Sem impactos relevantes
Alterações no IAS 8 O IASB emitiu alterações relativas à definição de estimativas contábeis.	IAS 8	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Sem impactos relevantes
Alterações no IAS 1 e *IFRS Practice Statement* 2 O IASB emitiu alterações relativas à divulgação de políticas contábeis.	*IAS 1 e IFRS Practice Statement* 2	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Sem impactos relevantes

l) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.02.2022.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**179**	**594**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	51.157	54.906
	51.336	**55.500**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e de 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil: Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	8.666	7.577
ENGIE Brasil Energia	8.017	8.918
Transações realizadas na CCEE	770	7.380
	17.453	**23.875**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 - ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Prática contábil: Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Companhia foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física da usina, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (6,9%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 6 – Intangível, em aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	126.648	1.035.953	1.162.601	116.014	948.669	1.064.683

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

Saldo em 31.12.2019	**1.028.006**
Recebimentos	(108.234)
Juros	93.663
Variação monetária	51.248
Saldo em 31.12.2020	**1.064.683**
Recebimentos	(113.321)
Juros	92.729
Variação monetária	118.510
Saldo em 31.12.2021	**1.162.601**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2023	107.764
2024	97.464
2025	88.168
2026	79.761
2027	72.156
2028 a 2032	269.710
2033 a 2047	320.930
Ativo financeiro de concessão	**1.035.953**

NOTA 6 - INTANGÍVEL

Prática contábil: Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Repactuação do risco hidrológico".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

		31.12.2021			31.12.2020		
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	411.224	(56.980)	354.244	411.224	(43.305)	367.919
Direito de extensão de concessão	Até 2048	6.289	(173)	6.116	-	-	-
		417.513	**(57.153)**	**360.360**	**411.224**	**(43.305)**	**367.919**

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direito de extensão de concessão	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2019	**381.594**	**-**	**66**	**381.660**
Baixas	-	-	(66)	(66)
Amortização	(13.675)	-	-	(13.675)
Saldos em 31.12.2020	**367.919**	**-**	**-**	**367.919**
Ingresso	-	6.289	-	6.289
Amortização	(13.675)	(173)	-	(13.848)
Saldos em 31.12.2021	**354.244**	**6.116**	**-**	**360.360**

a) Bonificação pela outorga

Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

b) Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei n° 14.052, que alterou em partes a Lei n° 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei n° 14.052/2020, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895 que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Adicionalmente, em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/20.

Como consequência, a Companhia reconheceu, em 2021, o ativo intangível relativo ao direito de extensão do prazo de concessão da outorga de geração, no montante de R$ 6.289, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de seis meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. O reconhecimento foi em contrapartida da rubrica "Repactuação do risco hidrológico" da demonstração dos resultados.

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Prática contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.12.2021	31.12.2020
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	20.409	13.605
	20.409	**13.605**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	18.197	5.608
Passivo não circulante	2.212	7.997
	20.409	**13.605**

Em 31.12.2021, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	100.068	(1.527)	98.541
Swap	R$299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47% a.a.	(119.521)	571	(118.950)
Resultado *swap*					**(19.453)**	**(956)**	**(20.409)**

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Passivo em 31.12.2019	**2.173**	**5.446**	**7.619**
Juros	6.465	6.252	12.717
Ajuste a valor justo	277	292	569
Transferências	3.993	(3.993)	-
Amortização de principal	(4.001)	-	(4.001)
Amortização de juros	(3.299)	-	(3.299)
Passivo em 31.12.2020	**5.608**	**7.997**	**13.605**
Juros	14.487	4.005	18.492
Ajuste a valor justo	225	152	377
Transferências	9.942	(9.942)	-
Amortização de principal	(10.624)	-	(10.624)
Amortização de juros	(1.441)	-	(1.441)
Passivo em 31.12.2021	**18.197**	**2.212**	**20.409**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2019	**10**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	569
Saldo em 31.12.2020	**579**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	377
Saldo em 31.12.2021	**956**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA.

O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1% p.p.	1,3% p.p.	-0,8% p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e nas estimativas da Administração sobre o cenário provável para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	450.700	23.699	(5.926)	3.620
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	98.541	4.914	(1.231)	752
	549.241	**28.613**	**(7.157)**	**4.372**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.162.601	(61.286)	(18.465)	(3.343)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida[1]	569.650	590.113
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(51.336)	(55.500)
Dívida líquida	**518.314**	**534.613**
Patrimônio líquido	**881.448**	**762.769**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,6**	**0,7**

(1) Líquida dos efeitos do *hedge*.

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2021, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 8 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.192	-	-	-	7.192
Debêntures[1]	104.170	195.309	216.799	59.669	575.947
	111.362	**195.309**	**216.799**	**59.669**	**583.139**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	51.157	54.906
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	179	594
Contas a receber de clientes	17.453	23.875
Ativo financeiro de concessão	1.162.601	1.064.683
	1.231.390	**1.144.058**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	98.541	163.667
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	20.409	13.605
Custo amortizado		
Fornecedores	7.192	11.192
Debêntures	450.700	412.841
	576.842	**601.305**

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2021		31.12.2020	
	Contábil	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Ativo financeiro de concessão	1.162.601	1.121.310	1.064.683	1.054.620
Debêntures	549.241	570.956	576.508	632.912

NOTA 8 - DEBÊNTURES

Prática contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	64.838	33.258	98.096	65.091	98.430	163.521
Encargos	445	-	445	146	-	146
	65.283	**33.258**	**98.541**	**65.237**	**98.430**	**163.667**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	17.237	432.097	449.334	6.061	405.629	411.690
Encargos	1.366	-	1.366	1.151	-	1.151
	18.603	**432.097**	**450.700**	**7.212**	**405.629**	**412.841**
Debêntures	**83.886**	**465.355**	**549.241**	**72.449**	**504.059**	**576.508**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	18.197	2.212	20.409	5.608	7.997	13.605
Debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*	**102.083**	**467.567**	**569.650**	**78.057**	**512.056**	**590.113**

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Juros	35.167	-	35.167
Variações monetárias	507	17.510	18.017
Ajuste a valor justo	2.496	(3.192)	(696)
Transferências	70.905	(70.905)	-
Amortização do principal	(72.802)	-	(72.802)
Amortização de juros	(33.047)	-	(33.047)
Saldos em 31.12.2020	**72.449**	**504.059**	**576.508**
Juros	36.833	-	36.833
Variações monetárias	2.893	42.146	45.039
Ajuste a valor justo	(236)	(246)	(482)
Transferências	80.604	(80.604)	-
Amortização do principal	(74.130)	-	(74.130)
Amortização de juros	(34.527)	-	(34.527)
Saldos em 31.12.2021	**83.886**	**465.355**	**549.241**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2021
1ª Emissão - Série 1	483.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2023	Garantia real	98.541
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2027	Garantia real	450.700

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2023	90.386
2024	100.343
2025	103.733
2026	110.984
2027	59.909
Debêntures	**465.355**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2021
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,27

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Prática contábil: São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	31.12.2021 Total	31.12.2020 Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	648.840	162.210	58.396	220.606	148.784
Intangível de bonificação pela outorga	131.462	32.866	11.832	44.698	33.970
Repactuação do risco hidrológico	6.116	1.529	550	2.079	-
		196.605	**70.778**	**267.383**	**182.754**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	445.920	111.480	40.133	151.613	112.796
Perdas não realizadas em operações de *hedge*	20.409	5.102	1.837	6.939	4.625
Custo de gestão de infraestrutura da usina	15.043	3.761	1.354	5.115	3.882
Outros	5.842	1.461	526	1.987	2.030
		121.804	**43.850**	**165.654**	**123.333**
Valor líquido		**74.801**	**26.928**	**101.729**	**59.421**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2019	**40.940**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	18.481
Saldo em 31.12.2020	**59.421**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	42.308
Saldo em 31.12.2021	**101.729**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2022	22.014	26.741
2023	14.990	24.903
2024	13.309	22.530
2025	13.292	20.389
2026	10.705	18.452
2027 a 2029	26.474	45.490
2030 a 2032	19.757	33.733
2033 a 2035	14.783	25.030
2036 em diante	30.330	50.115
	165.654	**267.383**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2021 e 31.12.2020, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2021, no montante de R$ 112.122 (R$ 86.785 em 2020). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	131.137	101.503
Média de ações ordinárias	582.663.140	582.663.140
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,22507**	**0,17420**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 11 - DIVIDENDOS

Prática contábil: Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

a) Cálculo

	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	131.137	101.503
Reserva legal	(6.557)	(5.075)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**124.580**	**96.428**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	12.458	9.643
Total dos dividendos anuais	**12.458**	**9.643**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**	**10%**

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018	-	38.068
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2019	-	8.632
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2020	343	9.643
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2021	12.458	-
	12.801	**56.343**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Em 01.04.2021, na 4ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020 no valor de R$ 9.642 (R$ 0,0165492843 por ação) e a retenção de lucros no montante de R$ 86.785. Adicionalmente, ao longo de 2021, a Companhia pagou R$ 56.000 (R$ 0,0961104215 por ação), referentes à dividendos aprovados em exercícios passados.

NOTA 12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da Receita Anual de Geração (RAG), a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão (Nota 5).

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	115.393	86.912
Receita GAG – operação e manutenção	63.339	59.910
Transações no mercado de curto prazo	10.113	13.278
	188.845	**160.100**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(17.468)	(14.810)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.105)	(847)
	(18.573)	**(15.657)**
Remuneração do ativo financeiro de concessão	**211.239**	**144.911**
Receita operacional líquida	**381.511**	**289.354**

NOTA 13 - RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	81.872	53.184
Hedge de valor justo sobre debêntures	18.492	12.717
Outros	3	5
Ajuste a valor justo	(105)	(127)
Outras despesas financeiras	526	337
	100.788	**66.116**
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.823	2.313
Juros sobre valores a receber	136	1
Outros juros e variações monetárias	114	-
Outras receitas financeiras	-	1
	4.073	**2.315**
Despesas financeiras, líquidas	**96.715**	**63.801**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Prática contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	31.12.2021			31.12.2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos tributos	**198.667**	**198.667**	**198.667**	**153.723**	**153.723**	**153.723**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(49.667)**	**(17.880)**	**(67.547)**	**(38.431)**	**(13.835)**	**(52.266)**
Outros	19	(2)	17	49	(3)	46
	(49.648)	**(17.882)**	**(67.530)**	**(38.382)**	**(13.838)**	**(52.220)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(18.539)	(6.683)	(25.222)	(24.793)	(8.946)	(33.739)
Diferido	(31.109)	(11.199)	(42.308)	(13.589)	(4.892)	(18.481)
	(49.648)	**(17.882)**	**(67.530)**	**(38.382)**	**(13.838)**	**(52.220)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Prática contábil: As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2021				
ENGIE Brasil Energia	8.017	1.800	602	12.801
Total	**8.017**	**1.800**	**602**	**12.801**
31.12.2020	**8.918**	**7.000**	**838**	**56.343**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 147,03/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2021 era de R$ 458.886.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Adicionalmente, durante 2021, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE Brasil Energia na data, visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020 foram:

	Receita	Custos	Custos e Despesas[2]
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	
2021			
ENGIE Brasil Energia	104.719	30.582	435
Diamante[3]	-	7.714	-
Outras	-	-	1.695
Total	**104.719**	**38.296**	**2.130**
2020	**78.873**	**14.142**	**2.082**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.
(2) Valores referentes às rubricas de "Serviços de Terceiros" e "Encargos de uso de rede elétrica e de conexão".
(3) Valores relativos ao período de 01.01.2021 a 18.10.2021, período o qual a Diamante era controlada pela ENGIE Brasil Energia.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

e) Operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com parte relacionada, o qual tem vigência até 31.01.2023. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2021, são de R$ 1.102.

NOTA 16 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2022 e o valor da cobertura é R$ 1.012.301, sendo R$ 903.629 referente a danos materiais e R$ 108.672 a lucros cessantes.

NOTA 17 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição	40.791	40.791	40.791	40.791	40.791	856.615	1.060.570
Modernização da UHE Miranda	15.309	12.935	1.403	1.205	458	-	31.310
Contratos de operação e manutenção	1.017	85	-	-	-	-	1.102
Saldos em 31.12.2021	**57.117**	**53.811**	**42.194**	**41.996**	**41.249**	**856.615**	**1.092.982**

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de Distribuição o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização da UHE Miranda

Em 29.04.2021 a Companhia assinou o contrato de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistemas comuns da Usina.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2021 e 2020, houve compensação de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R$ 824 e R$ 522, respectivamente.

NOTA 19 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Destinação de resultados de 2021

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 24.02.2022, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2021, no valor de R$ 12.458 (R$ 0,0213811876 por ação), e a reserva de retenção de lucros no montante de R$ 112.122.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 338,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Miranda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Miranda ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Miranda de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR e 30% ao Ambiente de Contratação Livre - ACL. A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo da Administração para mensurar o montante da receita de suprimento de energia elétrica a ser reconhecida, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita de operação e manutenção; (iii) exame das planilhas de controle da receita; (iv) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (v) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (vi) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 24 de fevereiro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB011608

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.